



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MINA DE ÁGUA
MUNICÍPIO DA AMADORA

Assunto: Apreciação, discussão e votação da Ata n.º 7 mandato 2021/2025.

Considerando o art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, assim como o Código de Procedimento Administrativo na sua atual redação, remeto para apreciação, discussão e votação a Ata n.º 7 do mandato 2021/2025.

O Presidente,

Rui André Mendes de Medeiros

Rui André Mendes Medeiros



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MINA DE ÁGUA MUNICÍPIO DA AMADORA

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

(texto aprovado em minuta)

Assim, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o Código Procedimento Administrativo na sua atual redação, a Assembleia de Freguesia aprovou em minuta o texto da deliberação tomada em sessão ordinária a **27 de junho de 2023**.

Ata n.º 7 mandato 2021/2025.

VOTAÇÃO:

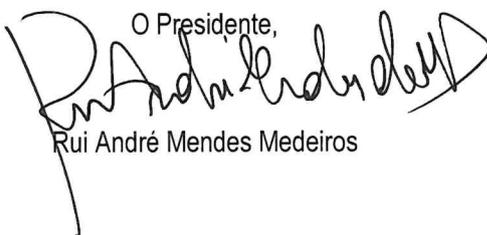
Aprovada por Unanimidade	<input type="checkbox"/>
Aprovada por Maioria	<input checked="" type="checkbox"/>
Reprovada por	<input type="checkbox"/>

Com 16 votos a favor das Bancadas e/ou dos Vogais
8 PS + 2 PSD + 1 CDU + 1 CDS + 1 BE +
1 PAN + 1 PDR + 1 CHEGA

Com 0 votos contra das Bancadas e/ou dos Vogais

Com 3 Abstenções das Bancadas e/ou Vogais
1 PS + 1 PSD + 1 CDU

Amadora, 27 de junho 2023.

O Presidente,

Rui André Mendes Medeiros

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas, reuniu em Sessão Ordinária na sede, sita na Praceta Moinho da Boba n.º 10 C, Casal de São Brás, a Assembleia de Freguesia de Mina de Água com a seguinte Ordem do Dia:

Ponto Um - Apreciação, discussão e votação da Ata n.º 6 mandato 2021/2025.

Ponto Dois - Apreciação e votação da prestação de contas – período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

Ponto Três - Apreciação, discussão e votação da 1.ª Alteração Orçamental modificativa (Revisão Orçamental) de 2023.

Ponto Quatro - Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da Freguesia Mina de Água.

Ponto Cinco - Ratificação da aprovação da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023.

Ponto Seis - Ratificação da aprovação do termo de aceitação referente à adenda ao protocolo celebrado entre a ANAFRE e o Fundo Ambiental denominado “Apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas”

Ponto Sete - Apreciação e votação da alteração ao Contrato interadministrativo de delegação de competências na Freguesia Mina de Água, no âmbito da área de intervenção sociocultural, celebrado entre o Município da Amadora e a Freguesia de Mina de Água

Ponto Oito - Apreciação, discussão e votação da 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023.

Ponto Nove - Apreciação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da dispensa de autorização prévia.

Ponto Dez - Apreciação da Informação Escrita do Presidente.

O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS) tomou da palavra para cumprimentar os presentes. -----

Tomada de Posse das substituições: -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) - Informou que, face aos pedidos de substituição dos Vogais Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro

(PS) e Carla Alexandra Campos Garcia (PS), os Membros em falta seriam substituídos por Alexandra Sofia Da Silva Matos (PS) e Joaquim António Piedade Moedas (PS).----
A Vogal Maria Carlota Teixeira Fernandes (PSD) não compareceu, nem solicitou a sua substituição. -----

Verificada a regularidade formal dos atos e confirmadas as identidades dos eleitos, o Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) declarou-os investidos na função de Membros da Assembleia de Freguesia, conforme documento anexo à presente ata.-----

Membros da Assembleia presentes: -----

Bancada do PS: O Presidente Rui André Mendes Medeiros, a Primeira-Secretária Alexandra Sofia da Silva Matos, a Segunda-Secretária Ana Margarida da Conceição Silva Duarte António e os Vogais, Luís Filipe Marques Pires, Tiago Luís Resende, Joaquim António Piedade Moedas, Manuel Baía Patrão, Ana Isabel Crespo Rijo e Irene Pereira Pimenta;

Bancada do PSD: Os Vogais Rui Tiago Gonçalves Monteiro, e Ricardo Manuel Machado Santos Girão;

Bancada da CDU: os Vogais Pedro Miguel Fontoura Aires e Rita Alexandra Rebelo de Andrade Soares Rodrigues;

Bancada do BE: a Vogal Maria Cândida Pereira;

Bancada do PDR: o Vogal Amílcar Gonçalves Martins;

Bancada do CDS: a Vogal Aldina Túlia Figueiredo Longo;

Bancada do PAN: a Vogal Maria de Fátima Paiva Pontes de Sousa;

Bancada do CHEGA: João António Andrade dos Santos.

Totalizando dezoito Membros da Assembleia de Freguesia Mina de Água. -----

Membros do Executivo presentes: -----

O Presidente Joaquim Marques da Rocha (PS), o Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) e os Vogais António Silva (PS), Domingos Silva (PS), Alexandra Maria Duarte Monteiro Araújo da Silva Esteves (PS) e Susana do Rosário Trindade (PAN).-----

Depois de verificadas as presenças dos Membros da Assembleia de Freguesia e constatada a existência de quórum para a sua prossecução, o Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) declarou aberta a sessão.-----

Período Antes da Ordem do Dia: -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) abriu as inscrições para o período reservado às intervenções do público, não se tendo verificado inscrições.-----

Período Antes da Ordem do Dia: -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), no uso da palavra, informou que a mesa da Assembleia de Freguesia tinha rececionado vários documentos. Duas moções/recomendações apresentadas pelo CHEGA “Recomendação 1/2023” e “Recomendação 2/2023”; a moção/voto de saudação “Celebrar Abril e Maio” apresentado pelo BE, a moção 25 de Abril - 49 anos, apresentada pela CDU, o Voto de Saudação “Pelo legado da cultura democrática de abril”, apresentado pelo PS e a moção/recomendação “Plano Plurianual de promoção do bem-estar animal”, apresentada pelo PSD.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal João Santos (CHEGA) para a apresentação das moções/recomendações. -----

O Vogal João Santos (CHEGA) no uso da palavra cumprimentou todos os presentes.-----

Disse que quanto à recomendação 1/2023, as suas solicitações junto da Polícia Municipal tinham surtido efeito, uma vez que viaturas que estavam abandonadas há mais de 4 meses já tinham sido retiradas.-----

Relativamente à recomendação 2/2023, ocupação de lojas em prédios devolutos e em prédios arrendados, disse que as mesmas estavam a ser transformadas em habitação, situação que não era reportada pelos próprios senhorios porque não queriam apresentar queixa ou porque não tinham conhecimento da sua ocupação. -----

Referiu ser, na sua opinião, uma situação grave, uma vez que as pessoas obtinham atestados de residência com aquelas moradas. -----

Disse que o seu intuito era alertar a Junta de Freguesia para o que estava a acontecer na Mina de Água. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito os Vogais Pedro Aires (CDU), Ricardo Girão (PSD), Tiago Resende (PS) e Amílcar Martins (PDR). -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Pedro Aires (CDU). -----

O Vogal Pedro Aires (CDU) no uso da palavra cumprimentou todos os presentes.-----

Disse que, relativamente às moções apresentadas, iam votar contra. -----

Sobre a primeira recomendação disse que o CHEGA queria criar uma política de fiscalização de multas, de repressão, de perseguição, considerando ser basicamente o projeto que o partido tinha para o país, algo com que não se identifica.-----

Reconhecia que existia um problema de estacionamento na freguesia, mas referiu que o Vogal do CHEGA era contraditório, uma vez que na moção solicitava mais fiscalização por parte da polícia municipal e, depois, no púlpito reconhecia o seu trabalho de fiscalização. -----

Disse também ter consciência que não existia espaço nos estaleiros da C.M.A. para recolher todas as viaturas abandonadas, mas que não acompanhavam o discurso da fiscalização das multas.-----

Quanto à segunda recomendação referiu que era uma forma encapotada de atacar os imigrantes, considerando o Vogal que ninguém estava preocupado com a questão da ocupação das lojas. -----

Acrescentou que já tinha sido noticiado várias vezes que alguns cidadãos, inclusive portugueses, viviam em lojas, uma vez que estavam perante um problema de habitação que atinge transversalmente todas as pessoas que viviam em Portugal. -----

Referiu ainda que o CHEGA queria fazer da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia uma sucursal do SEF para fiscalizar se as pessoas tinham a situação regularizada. Reforçou por fim que a preocupação não era as lojas dos edifícios devolutos, o único propósito era atacar a população imigrante. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Ricardo Girão (PSD). -----

O Vogal Ricardo Girão (PSD) no uso da palavra cumprimentou todos os presentes.---

Relativamente à primeira moção disse que a situação das viaturas abandonadas era um problema na freguesia e em todo o concelho. Referiu que por várias vezes aquela questão foi levantada e a informação dada é que existia um problema de espaço para fazer face à remoção das viaturas. -----

Quanto à segunda moção aludiu que concordava em parte com o que foi apresentado pelo colega da CDU, na medida em que aquele era um problema que não tinha de ser combatido com a estratégia apresentada, e não era a Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal que tinham a competência de fiscalizar. -----

Referiu que não era a questão das lojas que fazia com que os atestados de residência aumentassem, contudo a estratégia dos atestados de residência era mais fácil para obter a documentação, apesar de não resolver os problemas.-----

O Vogal afirmou ainda que deviam pensar na legalização daquelas pessoas devido às ilegalidades, abusos e aproveitamento dos imigrantes para ganhar dinheiro com a desgraça deles, sem terem de solicitar atestados de residência; considera que muitas das vezes as Juntas de Freguesia emitiam atestados de residência falsos e os próprios funcionários tinham quase a certeza que aquela pessoa não morava na rua mencionada mas, face às evidências, aos documentos, às testemunhas que levavam e que pagavam, os serviços não podiam recusar estas ações. -----

Perante a Lei, a apresentação de um contrato de arrendamento, um comprovativo da água, da luz ou duas testemunhas são suficientes, e os serviços não podiam fazer nada contra isto. Concluiu que, por isso, o problema não estava na Junta de Freguesia ou na Câmara Municipal, o problema estava nos legisladores e em quem fazia as leis e os regulamentos. -----

Aludiu que não acompanhavam a questão do racismo, da xenofobia e da discriminação mencionada pela CDU, mas que também não se reviam naquela recomendação porque achavam que não era forma de resolver os problemas. -----

Na sua opinião o problema mais grave daquele tipo de ocupação era a questão da saúde pública e proteção civil. -----

Por fim deu como exemplo o incêndio ocorrido no Martim Moniz, que levou à morte de muita gente e que, por isso, aquele era um problema que tinha de ser combatido. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Tiago Resende (PS). -----

O Vogal Tiago Resende (PS) no uso da palavra cumprimentou todos os presentes. Relativamente às questões apresentadas quanto às ocupações ilegais, comunidades ilegais, imigração ilegal, considerou que o CHEGA quis dissecar um pouco os factos. - Disse que era um ataque aos imigrantes, mas que não fazia sentido num estado democrático como o nosso. -----

Relativamente aos atestados de residência disse que a moção de certo modo estava a insinuar que os funcionários da Junta de Freguesia eram um pouco incoerentes ou que não eram competentes para realizar o seu trabalho, quando na verdade estavam a fazer cumprir a Lei. -----

Referiu que, caso o CHEGA tenha conhecimento de alguma situação onde não se verifique o cumprimento da Lei, devia denunciar aos órgãos competentes. -----

Relativamente à moção n.º 1, afirmou que a questão das viaturas abandonadas era uma competência da Câmara Municipal e que os problemas dos parques eram conhecidos por todos, falados em reuniões de Câmara e Assembleias Municipais, acrescentando ainda que era um problema difícil de resolver porque não existiam parques vagos e porque não se faziam concursos para se vender as centenas de carros abandonados. -----

Referiu que o papel do CHEGA e de todas as pessoas que identificavam os carros abandonados ajudavam a agilizar o processo e a manter os serviços atualizados. -----

No entanto, uma vez que era uma questão que deixava a Junta de Freguesia de mãos e pés atados, não iam votar favoravelmente as recomendações apresentadas. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Amílcar Martins (PDR). -----

O Vogal Amílcar Martins (PDR) no uso da palavra cumprimentou todos os presentes. Relativamente à falta de estacionamento disse que houve uma despreocupação aquando da criação do concelho da Amadora: quando se aprovaram as urbanizações em propriedade horizontal, esqueceram-se que iam viver num mundo moderno. -----

Quanto à segunda moção disse que, desde o momento que os imigrantes pisavam em solo português, considerava-se que viviam cá, portanto, era preciso passar atestados de residência. Caso a Junta de Freguesia não os emita, estavam a ser incoerentes. ---

Esclareceu que entendia que ninguém passava atestados de residência a indivíduos que vivam numa loja comercial, mas se viviam em Portugal era injusto não passarem. Acrescentou também que não pretendiam gente clandestina ou maltratada, queriam habitação a custos controlados, habitação a custo zero. -----

Sugeriu que reunissem e discutissem o problema da habitação e da imigração para dar dignidade aos imigrantes e portugueses. -----

Não existindo mais pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)** colocou à votação a recomendação 1/2023, apresentada pelo CHEGA, tendo a mesma sido rejeitada, com 4 votos a favor (1 CHEGA, 2 PSD e 1 CDS), 13 votos contra (9 PS, 1 PDR, 2 CDU e 1 PAN) e 1abstenção (BE). -----

O **Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)** colocou à votação a recomendação 2/2023, apresentada pelo CHEGA tendo a mesma sido rejeitada, com 1 votos a favor (CHEGA) e 17 votos contra (2 PSD, 1 CDS, 1 BE, 9 PS, 1 PDR, 2 CDU e 1 PAN). -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra à Vogal Maria Cândida Pereira (BE) para a apresentação da moção/voto de saudação “Celebrar Abril e Maio”. -----

A Vogal Maria Cândida Pereira (BE), no uso da palavra, procedeu à leitura da moção/voto de saudação “Celebrar Abril e Maio”. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito o Vogal Tiago Resende (PS), Ricardo Girão (PSD)

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Tiago Resende (PS). -----

O Vogal Tiago Resende (PS) no uso da palavra disse que relativamente à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, a questão da celebração de abril e de maio não levantava grandes problemáticas. No entanto, no parágrafo quatro, gostariam de ver clarificadas algumas questões, de modo a tentarem chegar a um eventual consenso. O mesmo referia que se devia garantir a qualidade do ensino, que se devia votar contra o isolamento e promover a saúde dentro do Município da Amadora. A questão colocada é que dentro do Município, efetivamente, existiam obras ainda por cumprir, mas que muito trabalho já tinha sido feito e que por isso não lhe parecia justa aquela moção. Disse que considerava o ensino e a formação dos mais jovens da Amadora um ensino de qualidade, um motivo de orgulho e que não devia ser menosprezado, tal como parecia que estava a ser manifestado naquela moção.-----
Portanto gostaria de levantar a questão, se o Bloco de Esquerda, podia clarificar aquele ponto ou, eventualmente, retirar o parágrafo da moção. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra à Vogal Maria Cândida Pereira (BE). -----

A Vogal Maria Cândida Pereira (BE) no uso da palavra disse que relativamente ao documento não via rigorosamente nada que fosse ao desencontro do que o PS tinha dito. -----

Referiu que podia ponderar retirar o referido parágrafo se, efetivamente, pela sua leitura concluísse que havia algo que pudesse ir contra aos valores do Partido Socialista; não se verificando, mantinha o parágrafo tal como estava. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Ricardo Girão (PSD). -----

O Vogal Ricardo Girão (PSD) no uso da palavra mencionou o quinto parágrafo do documento, quanto àquela que considera ser uma paranoia do Bloco de Esquerda em relação à economia privada, que diminuía os salários e aumentava a carga laboral; nesta visão, tudo o que existia de mal no país era culpa do privado e da economia privada. Situação que o levava a não votar favoravelmente aquela moção. -----
Por fim chamou à atenção para a questão colocada pelo Vogal Tiago Resende (PS) pelo facto de, na sua opinião, a educação na Amadora não ser assim tão brilhante, e acrescentou que tinham as maiores taxas de retenção do secundário, de quase 27%. -

Não existindo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) colocou à votação a moção/voto de saudação “Celebrar Abril e Maio”, apresentada pelo BE, tendo a mesma sido rejeitada com 3 votos a favor (1 BE e 2 CDU) 13 votos contra (9 PS, 1 PAN, 2 PSD e 1 CDS) e 2 abstenções (1 PDR e 1 CHEGA). -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Pedro Aires (CDU) para a apresentação da moção 25 de Abril - 49 anos. -----

O Vogal Pedro Aires (CDU) no uso da palavra recordou que o 25 de Abril trouxe a liberdade, a democratização da vida nacional, os direitos laborais, o fim da guerra colonial, o melhoramento das condições de vida, como tal, era uma data digna de ser celebrada, até porque os ataques àquela data estavam a intensificar com o passar dos anos. Referiu que outra das grandes conquistas de onde deriva aquela moção foi o poder local democrático, o qual também vinha a ser atacado. Clarificou por fim que aquela moção pretendia enaltecer e defender o poder local democrático e exigir a criação das regiões administrativas, tal como vinha consagrado na Constituição. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Tiago Resende (PS) para a apresentação do Voto de saudação “Pelo legado da cultura democrática de abril”. -----

O Vogal Tiago Resende (PS), no uso da palavra, procedeu à leitura do Voto de saudação “Pelo legado da cultura democrática de abril”. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra às forças políticas, não se tendo inscrito nenhum vogal.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra às forças políticas, não se tendo inscrito nenhum vogal.-----

Não existindo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) colocou à votação a moção 25 de Abril - 49 anos, apresentada pela CDU tendo a mesma sido rejeitada, com 2 votos a favor (2 CDU), 14 votos contra (2 PSD, 1 CDS, 9 PS, 1 CHEGA e 1 PAN) e 2 abstenções (1 PDR e 1 BE). -----

Não existindo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) colocou à votação o Voto de saudação “Pelo legado da cultura democrática de abril”, apresentado pelo PS, tendo a mesma sido aprovada, com 16 votos a favor (9 votos PS, 1 PDR, 2 PSD, 2 CDU, 1 PAN e 1 CDS) e 2 abstenções (1 CHEGA e 1 BE). -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Ricardo Girão (PSD) para a apresentação da moção/recomendação “Plano Plurianual de promoção do bem-estar animal”.-----

O Vogal Ricardo Girão (PSD) no uso da palavra informou que relativamente ao apresentado não tinham conhecimento do normativo, era algo imposto pelo orçamento geral do Estado, pela Lei do orçamento de 2021. Era uma situação que queria perceber se existia na freguesia, uma vez que nunca tinha sido abordada e acrescentou que se falava muito da promoção do bem-estar animal mas que a Junta de Freguesia da Mina de Água e, talvez 90% das Juntas de Freguesias do país, estavam em incumprimento legal. -----

Referiu também que apresentava aquela recomendação no sentido de tentar perceber se estavam ou não em incumprimento e, caso estivessem, era importante a Junta de Freguesia refletir sobre aquela questão e promover o plano, o que podia conduzir a um conjunto de benefícios, vantagens e pontos favoráveis a todas as pessoas que tenham animais de estimação. -----

Referiu a importância de se refletir, tentar implementar e tomar medidas junto da população.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito o Vogal Tiago Resende (PS), Amílcar Martins (PDR, Ricardo Girão (PSD) e Manuel Patrão (PS). -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Tiago Resende (PS). -----

O Vogal Tiago Resende (PS) no uso da palavra disse que relativamente à recomendação apresentada pelo PSD, as situações colocadas eram corretas tendo em conta Lei do Orçamento. -----

Disse que concordava com o ponto em que grande maioria das Juntas de Freguesia não aplicava o plano plurianual, questão legal e válida, a qual devia ser devidamente analisada. -----

Frisou que a recomendação acabava por ter um conteúdo legal, mas, de certo modo, acabava por ser uma proposta transformada num argumento político. -----

Disse que o executivo era constituído por dois partidos o PS e o PAN, no entanto, o trabalho apresentado era pelo executivo, no geral. -----

A causa animal, não era apenas usada para época de eleições, até porque ainda não tinha ocorrido nenhum ato eleitoral desde a criação daquele pelouro, e que não se tratava de uma situação de votos ou de simpatia mas de uma questão de trabalho político que não era só cartazes e panfletos. Acrescentou que este tema estava presente na prestação de contas, tal como a educação, a cultura ou a área social, tendo sido apresentado a colocação de abrigos para as colónias de gatos, em 4 localizações da freguesia, e reforçou que era um pelouro com potencial para realizar mais obras. -----

Por fim disse que gostava que ficasse claro que reconheciam a legalidade na proposta, no entanto, não concordavam com a utilização daquele argumento legal para fazer jogo político. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Ricardo Girão (PSD). -----

O Vogal Ricardo Girão (PSD) no uso da palavra esclareceu que o PSD não fez qualquer distinção entre forças políticas no executivo. -----

O que disse foi que, se existia um pelouro para a proteção animal, qualquer que fosse a sua força política, devia ter conhecimento daquelas questões legais. -----

Referiu que estavam a utilizar a estratégia do costume: votar contra a recomendação e ignorar aquilo que era importante, até porque o documento chamava à atenção para uma incompetência ou incumprimento por parte da Junta de Freguesia. -----

Frisou que 90% dos partidos políticos em Portugal, ou das forças políticas, Câmaras Municipais ou Juntas de Freguesia utilizam a questão da proteção animal como forma de propaganda e valorização da sua imagem, muitas não se preocupavam realmente, com a tomada de medidas, com o bem-estar animal. -----

Relativamente ao plano plurianual, informou que uma parte das receitas das licenças dos canídeos tinha de ser reafectada ao bem-estar animal. -----

Por fim referiu que a recomendação frisava uma obrigação legal. Podiam querer cumprir ou não, mas que a mesma tinha de ser seguida. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Tiago Resende (PS). -----

O Vogal Tiago Resende (PS) no uso da palavra esclareceu que reconheciam a questão legal da situação e se era um regulamento legal devia ser cumprido, analisado e avaliado. -----

A questão colocada foi que, de certo modo, o argumento legal foi escondido, para atacar o trabalho de uma determinada força política quanto ao trabalho realizado na Junta de Freguesia.-----

Referiu que a apreciação relativamente ao incumprimento da Junta de Freguesia era válida, mas outra coisa era usar a moção que referia o incumprimento da Lei para atacar o executivo. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Ricardo Girão (PSD). -----

O Vogal Ricardo Girão (PSD) no uso da palavra disse que a proposta de orçamento apresentada pela Junta de Freguesia era política e tudo o que era feito tinha por base questões políticas. -----

Quando existiam decisões, escolhas sobre o orçamento, por exemplo, eram questões políticas. -----

Referiu que o PS considerava alguns assuntos políticos e outros não. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), no uso da palavra e não se tendo verificado mais inscrições, disse que, relativamente à questão legal levantada, o executivo iria pronunciar-se. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Presidente Joaquim Rocha (PS). -----

O Presidente Joaquim Rocha (PS) no uso da palavra referiu que, desde a criação do pelouro que o executivo trabalhava em prol do bem-estar animal, e acrescentou que futuramente seria reforçada a verba para poderem concretizar mais objetivos. -----

Em resposta ao Vogal Ricardo Girão (PSD) aludiu que tinham contribuído para o pelouro, no entanto, talvez a forma não fosse a mais correta.-----

Disse que ia conceder a palavra à Vogal do Pelouro, Susana Trindade, para mais informações. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) no uso da palavra informou do pedido de interpretação à mesa, feito pelo Vogal Ricardo Girão (PSD). ----

O Vogal Ricardo Girão (PSD) no uso da palavra esclareceu que não avaliou as atividades do pelouro, nem colocou em causa a qualidade do trabalho feito. Foi apresentada uma recomendação relativamente a uma coisa que legalmente devia ter sido feita, não precisava que descrevessem a atividade que era feita, que acreditava ser boa e meritória. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra à Vogal Susana Trindade (PAN). -----

A Vogal Susana Trindade (PAN) no uso da palavra aludiu que apoiava a causa animal há 50 anos. -----

Disse que foi convidada pelo Presidente da Junta de Freguesia para fazer parte do executivo, pioneiro no pelouro da proteção e bem-estar animal.-----

Referiu que tem apresentado vários projetos, tudo na legalidade, com rubrica e verba atribuída, assim como realizadas parcerias com a C.M.A. -----

Disse que, de forma a irem ao encontro da Lei, seria elaborado o plano plurianual com as atividades previstas.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) no uso da palavra e, de forma a esclarecer o apresentado, disse que o PSD queria alertar para o facto de, apesar das atividades serem feitas e apresentadas, a Lei exigia um plano plurianual.

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Ricardo Girão (PSD). -----

O Vogal Ricardo Girão (PSD) no uso da palavra agradeceu o esclarecimento do Presidente da Assembleia de Freguesia. -----

Aludiu ainda que existia a obrigatoriedade de uma percentagem das verbas das receitas das taxas serem afetadas diretamente para aquele plano, contudo era completamente diferente decidir afetar 5.000€ ao pelouro do bem-estar animal ou terem obrigação de pegar na percentagem das taxas e afetar o bem-estar animal, era uma questão legal.-----

Mencionou que existia aquela recomendação e que era importante pedirem parecer.---
Referiu que a Lei orçamental terminava no final do ano, mas podia haver
consequências futuramente.-----

Considerou por fim que não era só elaborar o plano plurianual, existia um conjunto de
obrigações, contrapartidas e mecanismos que tinham de estar definidos e se não
existiam, tinham de ser feitas. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra
ao Vogal Manuel Patrão (PS). -----

O Vogal Manuel Patrão (PS) no uso da palavra disse estarem perante um ponto
muito simples, mas que suscitava muitas complicações. -----

Referiu que, se algo que não foi cumprido, o executivo assumia e ia passar a fazê-lo,
mas na sua opinião a questão que se colocava no documento apresentado era a
crítica relativamente ao próprio executivo.-----

Assim sendo, considerou que, se o Partido Socialista considerava esta uma crítica ao
executivo, devia votar contra.-----

Não existindo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia de Freguesia
Rui Medeiros (PS) colocou à votação a da moção/recomendação “Plano Plurianual de
promoção do bem-estar animal”, apresentada pelo PDS, tendo a mesma sido rejeitada
com 6 votos a favor (1 CDS, 2 PSD, 2 CDU e 1 CHEGA) 10 votos contra (9 PS e 1
PAN) e 2 abstenções (1 BE e 1 PDR). -----

Período Antes da Ordem do Dia: -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) abriu as inscrições
para o período reservado às intervenções das forças políticas. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra às
forças políticas, tendo-se inscrito os Vogais: Aldina Túlia Longo (CDS); Amílcar Martins
(PDR), Maria Cândida Pereira (BE); João Santos (CHEGA), Tiago Resende (PS), Rui
Monteiro (PSD), Pedro Aires (CDU), Manuel Patrão (PS) e Ricardo Girão (PSD).-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra
à Vogal Aldina Túlia Longo (CDS). -----

A Vogal Aldina Túlia Longo (CDS) no uso da palavra, cumprimentou todos os
presentes.-----

Disse que ia apresentar um assunto sem qualquer intenção de ser discutido, eram
apenas considerações que preocupava o país. -----

Referiu que os anos de pandemia e a guerra na Ucrânia levaram a um aumento do custo de vida e a repercussões nos rendimentos de todas as pessoas. Neste espeto tinham a classe dos professores que lutavam desde novembro de 2022, sem resultados, e considerou que os professores eram fundamentais em qualquer democracia porque eram eles que formavam os cidadãos. -----

Muitos ainda estavam, ao fim de 20 anos, à espera para serem contratados, podendo estar perto de casa ou colocados a 300 km de distância; têm de arranjar uma segunda casa, uma segunda renda, pensar no aumento das despesas quando querem voltar a casa para ver os familiares; disse que, na sua opinião, não se deveriam estender tanto as negociações e reforçou que o Sr. Ministro da Educação, sendo professor, deveria pensar quanto lhe custou também a evolução na carreira. A estabilidade não devia ser só económica mas também mental. -----

Concluiu referindo que sabia que os professores, mesmo em greve, se tinham comprometido a preparar os alunos para o acesso ao ensino superior mas que, se o próximo ano letivo iniciar com aquelas evoluções, não será bom para ninguém.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Amílcar Martins (PDR). -----

O Vogal Amílcar Martins (PDR) no uso da palavra, referiu que a sua intervenção não seria uma crítica, mas um alerta, referindo que os jardins da freguesia se encontravam secos e as árvores mal cortadas pelas empresas competentes. -----

Relativamente à habitação disse que a mesma era quase inexistente e que devia ser colocada à disposição, não a custo zero mas a um custo razoável, daí a importância do executivo propor um projeto de habitação. -----

Quanto aos transportes urbanos, manifestou a necessidade de se reivindicar mais e melhor.-----

Sobre os quiosques informou da necessidade de alguns serem retirados, tendo em conta que se encontram sem atividade, ocupando os passeios. -----

Relativamente à zona norte da Amadora, mencionou a necessidade de um parque empresarial, uma zona industrial, para a criação de empregos.-----

Por fim, disse que um centro de saúde não era só construção, eram precisos médicos. Apelou à realização de reunião com os líderes de banca e executivo, para que, em conjunto, trabalhem em várias matérias importantes para a freguesia.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra à Vogal Maria Cândida Pereira (BE). -----

A Vogal Maria Cândida Pereira (BE) no uso da palavra disse que já tinha questionado o executivo se havia um organograma, um manual que discriminasse as competências de cada unidade orgânica, sem ter conhecimento do diploma que saiu em 2009, alterado em 2018. -----

Elucidou que aquele diploma veio estabelecer o regime jurídico da organização das autarquias locais, onde se enquadravam as freguesias, o qual referia que as mesmas deviam realizar uma reorganização interna, criando unidades orgânicas, dirigidas por dirigentes e subunidades orgânicas, dirigidas por coordenadores. Situações que fazia com que os serviços pudessem responder com maior eficiência e com mais eficácia às atribuições que lhe eram cometidas por Lei. -----

A Mina de Água, uma vez que tinha um orçamento bastante elevado e, de forma a existir uma boa gestão das suas verbas, tinha de ter a devida estrutura orgânica criada com a definição de funções e competências da unidade. -----

Em 2009 não existia a necessidade enquanto freguesia de São Brás, uma vez que apresentava um orçamento menor, no entanto, com a junção das duas freguesias fazia sentido. -----

Disse ter consciência que não seria feito “de hoje para amanhã”, mas que era altura do executivo se preocupar com o comprimento da Lei de 31/12/2010. -----

Seguidamente aludiu que teve conhecimento que uma moradora da Rua Ordem Militar do Hospital, insatisfeita com o facto das passadeiras, nessa artéria, estarem muito afastadas umas das outras, dirigiu-se aos serviços da freguesia, os quais disseram para expor o assunto na Câmara Municipal.-----

Disse admitir que aquela competência era da Câmara Municipal, mas que a resposta dada não foi simpática. Se assim foi, no mínimo, deviam ter dito que iam avaliar e, se depois o executivo, após verificação, entendesse que de facto fazia sentido colocar mais passadeiras promoviam essa situação junto da C.M.A. -----

Futuramente o executivo devia responder com mais simpatia aos fregueses que procuravam os serviços de proximidade. -----

Ainda no uso da palavra disse que aquando da aprovação do orçamento, um objetivo a implementar era o orçamento participativo durante o ano corrente para 2023. -----

Na altura não existiam procedimentos para o lançamento das propostas. Perguntou, agora, em que ponto da situação estava aquele objetivo proposto. -----

Por fim, mencionou que o edital da convocatória e da ordem do dia, quando referia o local da realização da sessão, devia mencionar as instalações da sede. -----

Aquele edifício era a sede da Junta de Freguesia e que, quando se referiam ao mesmo, deviam dar alguma dignidade.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal João Santos (CHEGA). -----

O Vogal João Santos (CHEGA) no uso da palavra deu conhecimento que na Rua Principal, no Casal da Mira, o empreiteiro quando procedeu ao asfaltamento no local tapou os sumidouros com alcatrão e que, até à data, não tinham sido desobstruídos, o que levava à acumulação das águas pluviais. -----

Aludiu, ainda, que o parque infantil da Rua 5 de outubro se encontrava vandalizado e que os moradores se queixavam dos roubos verificados no local, que de modo a evitarem problemas, deixaram de frequentar. Disse ainda que quando chamavam a PSP, as custas da participação eram elevadas e acabavam por não voltar a fazê-lo. ---

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Tiago Resende (PS). -----

O Vogal Tiago Resende (PS) no uso da palavra e tendo em conta a intervenção da Vogal Maria Cândida Pereira (BE) relativamente ao orçamento participativo, referiu a importância da envolvimento de todos na sua participação, desafiando os vizinhos, amigos e outras pessoas que habitem na freguesia a participar no processo de votação das propostas. -----

Aludiu terem um orçamento participativo, em termos municipais, numa fase avançada de desenvolvimento para 2024, cujas propostas aprovadas podiam perfazer os 500.000€ e que qualquer pessoa, com mais de 18 anos, podia votar em 2 propostas, via internet ou por um SMS gratuito. -----

Tendo em conta que o orçamento participativo era dedicado à intervenção no espaço público e as votações iam estar abertas entre o dia 3 de maio e 31 de maio, referiu a importância da menção em Assembleia de Freguesia, sendo que existiam cerca de 20 e poucas propostas, mas apenas 7 seriam votadas: criação de uma ciclovia entre a Boba e a Fonte das Avencas; arborização do parque das Artes e do Desporto; colocação de fontes de energia renovável no Moinho do Guizo; alteração da lombada junto à Escola Cardoso Lopes, no cruzamento com a Av. António Ribeiro Chiado; sarjetas que não funcionavam da melhor forma na Rua José Viana; implementação de uma aplicação, via WhatsApp, para participação de ocorrências; requalificação do miradouro na Rua Romeu Correia, no território da Serra da Mira. -----

Ainda no uso da palavra e, quanto à intervenção da Vogal Aldina Túlia Longo (CDS) relativamente às questões da luta dos professores e dos profissionais do setor da educação, disse serem questões válidas e que deviam ser analisadas. Disse que, na sua opinião, deviam chegar a um acordo célere em termos da valorização das carreiras dos professores. -----

Relativamente às questões do CDS, referiu que era um partido muito importante, pais fundadores da nossa democracia, o qual atravessava um momento difícil, mas que esperava que reforçasse a sua participação e a sua representatividade em órgãos nacionais. O seu papel devia ser sempre valorizado, foi um partido que sempre mostrou estar à altura e que merecia estar representado. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Rui Monteiro (PSD). -----

O Vogal Rui Monteiro (PSD) no uso da palavra e, relativamente aos equipamentos desportivos existentes na freguesia, disse terem verificado que alguns encontravam-se num estado de degradação acima do expectável ou do normal, o que impossibilitava a sua utilização. -----

Para a população era indiferente a sua requalificação pela Junta de Freguesia ou pela C.M.A., queriam a sua disponível, sem risco de utilização.-----

Sobre os transportes públicos assinalou o regresso de algumas rotas de autocarros, mais concretamente um autocarro dedicado à zona dos Moinhos da Funcheira fundamental aos moradores que, aquando da transição para a Carris Metropolitana deixou algumas pessoas privadas da sua utilização. -----

Relativamente à limpeza dos terrenos aludiu faltarem nove dias para o final do mês, prazo que os proprietários dos terrenos possuíam para realizar a sua limpeza. Questionou se a Junta de Freguesia fez algumas ações de sensibilização junto dos proprietários, para procederem à limpeza dos terrenos, tendo em conta a problemática dos fogos e incêndios naquela altura do ano. -----

Relativamente à reorganização ou organização das freguesias disse ter consciências que existiam pessoas que achavam benéfica, outras não. Disse que, na sua opinião, não era boa nem má para a freguesia, ou seja, a reorganização das freguesias não ia fazer com que o serviço fosse melhor ou pior, o que levava a que o serviço fosse melhor ou pior era a capacidade de trabalho de cada executivo. Referiu que a freguesia de São Brás e da Mina separadas tinham orçamentos completamente diferentes uma da outra e que juntas possuíam um orçamento muito maior, logo ganhavam uma capacidade de escala.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Pedro Aires (CDU). -----

O Vogal Pedro Aires (CDU) no uso da palavra disse que a questão abordada estava relacionada com o bairro da Estrada Militar. Referiu que após visita ao local, os problemas identificados na altura mantinham-se e careciam de resposta. Os

moradores queixavam-se da falta de limpeza e eram os próprios que a realizavam, uma vez que os serviços da Junta de Freguesia não intervinham no local. -----

Quanto às demolições, agora menos frequentes, quando eram feitas o entulho ficava abandonado e a Câmara deixava decorrer meses, senão anos, até proceder à sua recolha. Referiu que a C.M.A. atualmente atuava de diferente forma: arrancava as portas, as janelas e o telhado e deixava parte da casa, de modo que as pessoas não reconstruíssem habitações. Na sua opinião proporcionavam as condições ideais para a proliferação de ratos e de cobras pela falta de salubridade.-----

Questionou também porque é que os serviços da Junta de Freguesia não intervinham no bairro, de forma aos moradores poderem ter condições condignas de limpeza e habitação visto também pagarem impostos. Interrogou ainda porque é que não recolhiam o entulho na altura das demolições.-----

Quanto ao bairro da Boba reportou que após visita ao local com a comissão de moradores, foi informado que a Câmara decidiu, ao fim de muitos anos, executar rendas em atraso todas de uma vez, algo que implicava para muitos moradores a cobrança de 300,00€, 400,00€ e 500,00€ por mês. Referiu que aquela situação ia criar um problema aos moradores, que não colocaram em causa deixar de pagar, o problema era que a Câmara não aceitava negociar os prazos aplicados de 24 meses ou 36 meses. Na sua opinião, a Câmara, ao não negociava, com intuito de despejar as pessoas. Sabia que os habitantes do bairro tinham de pagar os montantes em dívida, mas tinha de existir por parte da Câmara, uma forma de agilizar e permitir que se possa renegociar os prazos, de modo que seja comportável para as pessoas poderem pagar.-----

Questionou se a Junta de Freguesia estava a par da situação, se já algum morador solicitou apoio e se perante a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia tomou algum tipo de posição.-----

Informou, ainda, das várias queixas dos moradores quanto à falta de limpeza no bairro por parte da Junta de Freguesia. Deslocou-se à Boba por duas vezes no último mês e constatou a existência de lixo volumoso que nunca foi retirado. Disse ter consciência que algumas pessoas sujavam, mas, num bairro com 538 fogos da Câmara e outros de propriedade dos próprios moradores, não tinham culpa do mau comportamento de um par de pessoas. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Manuel Patrão (PS). -----

O Vogal Manuel Patrão (PS) no uso da palavra e tendo em conta a intervenção do Vogal Pedro Aires (CDU) disse que não entendia o atraso no pagamento das rendas das casas na Boba, quando as rendas de realojamento eram baixas. -----

Disse que se os jovens, com curso superior, necessitarem de casa tinham de pagar 1.000€ de renda na Amadora. -----

Referiu que a oposição, em vez de apresentar propostas concretas, queria fazer política. -----

Sobre a intervenção da Vogal Maria Cândida Pereira (BE) sobre a resposta da Junta de Freguesia ao pedido de solicitação da moradora, disse que, na sua opinião, não foi a correta e que passou uma má imagem da Junta de Freguesia. -----

Quanto à intervenção da Vogal Aldina Túlia Longo (CDS) disse que todas as profissões deviam ter as mesmas oportunidades e serem tratadas de igual modo.-----

Relativamente à reorganização administrativa disse que não concordava com a divisão das freguesias.-----

Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Ricardo Girão (PSD). -----

O Vogal Ricardo Girão (PSD) no uso da palavra e tendo em conta a intervenção do Vogal Pedro Aires (CDU) disse que o exposto mostrava a falência do modelo de realojamento instituído naquele e em outros concelhos, nos últimos anos. -----

Quando falavam de arrendamento, as pessoas não proprietárias não se preocupavam tanto como uma pessoa com propriedade privada.-----

Quanto ao pagamento de rendas, muitos moradores deviam 10 e 15 anos de rendas, daí considerar certo a Câmara executar a correção daquelas situações.-----

Disse ter consciência da dificuldade das pessoas para pagarem 300€ por mês, durante 24 meses, mas que deviam ter em dia as rendas até porque não eram valores muito altos, impossíveis de pagar. Considerou que houve um desleixo de algumas pessoas que pensaram que a Câmara não ia cobrar e, por sua vez, a Câmara também se desleixou porque devia ter tido uma intervenção mais ativa nos últimos anos.-----

Aludiu que aquela situação de cobrança coerciva moralmente podia ser incorreta, humanamente injusta, mas as pessoas não cumpriram os contratos. -----

Não se verificando mais inscrições, **o Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)** concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia Joaquim Rocha (PS) para responder às questões colocadas. -----

O Presidente da Junta de Freguesia Joaquim Rocha (PS) no uso da palavra cumprimentou todos os presentes. -----

Em resposta ao Vogal Amílcar Martins (PDR) relativamente à falta de rega dos espaços verdes disse que se devia ao roubo de cerca de 60 ou 70 contadores e que o SIMAS não tinha para recolocação. A Junta de Freguesia assumiu a compra do material e, de momento, os funcionários procediam à sua colocação. -----

Em resposta à Vogal Maria Cândida Pereira (BE) sobre o organograma disse que o mesmo existia desde 2014. -----

Quanto às passadeiras na Rua Ordem Militar do Hospital disse que já existiam duas, mas que ia entrar em contato com a C.M.A. para ver a possibilidade da criação de outra. -----

Em resposta ao Vogal João Santos (CHEGA) sobre o entupimento dos sumidouros aludiu que ia comunicar à C.M.A. para entrar em contato com o empreiteiro. -----

Quanto ao parque infantil da Rua 5 de outubro disse que já tinham dado parecer favorável à sua retirada, para construção de estacionamento. -----

Seguidamente e em resposta ao Vogal Rui Monteiro informou que os equipamentos desportivos eram da responsabilidade da C.M.A. e que existia um projeto para requalificação dos mesmos. -----

Sobre os transportes públicos era com agrado que verificada que aquele assunto tinha melhorado e referiu a carreira 136 e a criação de mais paragens, uma luta da Junta de Freguesia. -----

Relativamente à limpeza dos terrenos particulares aludiu que os proprietários eram notificados pela polícia municipal e, caso não procedessem à limpeza nos prazos, a C.M.A. intervinha e apresentava as custas. -----

Quanto ao exposto pelo Vogal Pedro Aires (CDU) relativamente à limpeza na Estrada Militar disse que não existia nenhum varredor fixo naquela zona da freguesia, no entanto, a varredora passava com alguma regularidade. Caso se verifique necessidade irá intervir mais vezes. -----

Quanto ao entulho proveniente das demolições, a sua retirada era da responsabilidade da C.M.A. Quando tinham conhecimento das queixas dos moradores enviavam à polícia municipal para intervir.-----

Frisou que era importante que aquelas situações fossem colocadas em reunião de Assembleia Municipal.-----

Período da Ordem do Dia: -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) deu início ao período da Ordem do Dia. -----

Ponto Um – Apreciação, discussão e votação da Ata n.º 6 mandato 2021/2025. --

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra às forças políticas, não se tendo inscrito nenhum membro para falar. -----

Seguidamente o **Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)** colocou à votação o Ponto Um - Apreciação, discussão e votação da Ata n.º 6 mandato 2021/2025, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 13 votos a favor (6 PS, 1 PSD, 2 CDU, 1 CDS, 1 BE, 1 PAN e 1 PDR) e 4 abstenção (2 PS, 1 PSD e 1 Chega). -----

Ponto Dois – Apreciação e votação da prestação de contas – período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), deu a palavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) para apresentação do referido ponto. -----

O Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) no uso da palavra disse que transitaram com um saldo positivo superior a 800.000€, face ao que já transitava no ano anterior acima de 524.000€. -----

Em termos de receita atingiram uma execução de 97%, com algumas variações no campo da receita, nomeadamente na rubrica das taxas, multas e outras penalidades, positiva em 85.000€. -----

Justificou, por um lado, com o fim das isenções que, de alguma forma, perduraram ainda em 2020 e 2021 e, conseqüentemente, regresso à normalidade. Por outro lado, pelas OVP'S e publicidade que em 2020 passaram para as freguesias. -----

Depois também uma variação positiva superior a 60.000€ na parte das transferências correntes, um ligeiro ajuste nos monos por parte da C.M.A. e também pelo aumento do fundo financiamento das freguesias. -----

Também o aumento dos serviços correntes, com o regresso à normalidade de atividades não realizadas em anos anteriores, que resultava com o aumento de receita na ordem dos 200.000€. -----

Na parte da despesa aludiu uma variação na ordem dos 5% com o pessoal, relacionado com os aumentos salariais. -----

Verificou-se um desvio, para menos, na parte da aquisição de bens e serviços, com redução de 20.000€, pela aquisição de menos serviços e menos poda de árvores.-----

Frisou uma redução na parte de aquisição de bens e investimentos de 126.000€ a menos, pela aquisição da varredora e de outros investimentos feitos, que traduziu uma redução da despesa face a 2021, na ordem dos 90.000€. -----

Em termos de contabilidade financeira, disse que tiveram um resultado positivo de 184.000€, mais 100.00€ do que no ano anterior.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito os Vogais: Rui Monteiro (PSD); Pedro Aires (CDU) e Maria Cândida Pereira (BE). -----

O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Rui Monteiro (PSD). -----

O Vogal Rui Monteiro (PSD) no uso da palavra disse ter dúvidas no balanço de prestação e contas onde indicava que durante o ano de 2022 existiram 1436 utentes utilizadores da biblioteca. Perguntou se eram utentes únicos ou referia-se ao número de vezes que alguém requisitou os serviços. -----

Relativamente à receita referiu algumas dúvidas na parte da venda de bens e serviços correntes. Houve um aumento face ao ano passado, no entanto, em 2022 tinham uma previsão de mais do dobro de vendas nesta rubrica. Questionou o que estava previsto vender e não se conseguiu vender, o porquê daquela diferença.-----

Referiu que na parte da despesa só tinham executaram 88% da prevista com o pessoal. Perguntou o que originou não atingir o que estava previsto, assim como com a aquisição de serviços, porque é que alguns serviços não foram requisitados. -----

Relativamente ao PPI, questionou se as obras do estaleiro já tinham sido concluídas, em que ponto de situação se encontrava o equipamento “Skate Parque” e que tipo de equipamento foi adquirido para o Parque Central. -----

Referiu existirem imensas rubricas que mencionavam apoios a associações da freguesia. Disse que, na sua opinião, fazia mais sentido a apresentação de um quadro resumo com todas as associações que beneficiaram de apoios financeiros e não financeiros naquele ano, com respetivos valores. -----

Quanto ao grande prémio de atletismo Mina de Água, questionou quando foi realizado e em que contexto. -----

O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Pedro Aires (CDU). -----

O Vogal Pedro Aires (CDU) no uso da palavra disse irem votar contra a prestação de contas e orçamento, uma vez que não acompanhavam o documento, pelo seu conteúdo político, uma vez que continuava a apostar na prestação de bens e serviços. Questionou como, no geral, tinham uma execução orçamental de apenas 70%. -----
Relativamente às associações disse continuar sem saber como funcionava a atribuição dos apoios e que gostava de ter mais detalhes. -----

O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra à Vogal Maria Cândida Pereira (BE). -----

A Vogal Maria Cândida Pereira (BE) no uso da palavra, aludiu que quanto ao documento não foram constatadas desconformidades ou irregularidades, razão pela qual se abstinha. -----

Estavam suportados documentos de despesa que não solicitou, nem tinha de os solicitar porque existia um revisor oficial de contas que elaborava a certificação legal de contas. -----

No movimento da tesouraria anexa à informação escrita do Presidente, reparou na atribuição de fundo de maneiio e de fundos fixos de caixa aos funcionários. Gostaria de saber qual era a diferença entre eles. -----

Solicitou informação relativamente a Carenque, uma vez que referia as iniciais FM, não fundo fixo de caixa.-----

Não era coerente a informação, se era o mesmo devia dar-se a mesma terminologia.--
Questionou também a conta Montepio referenciada. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) para mais esclarecimentos sobre as questões colocadas. -----

O Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) no uso da palavra e em resposta ao Vogal Rui Monteiro (PSD) esclareceu que relativamente aos utentes da biblioteca, no número referia-se aos serviços solicitados e que podiam existir pessoas repetidas. -----

Sobre a receita disse que o capítulo 07, venda de bens e serviços, tinham uma previsão com taxa de execução inferior. Tinham previsto na venda de bens e serviços o valor de 155.000 mas o executado não chegou a 90.000€. -----

Quanto à feira de verão em 2019, 2020, 2021 foi realizada por organização própria. A Junta de Freguesia comprou os bens e cobrou alguns serviços. Em 2022 não foi realizada nos mesmos moldes, foi uma associação que ficou com a exploração da parte da restauração, portanto, a junta não teve praticamente despesa nenhuma, a

receita foi obtida com o aluguer de espaços que estiveram a ser explorados com fast food e barraquinhas de artesanato. -----

Algumas rubricas ficarem aquém, outras ficaram acima, no caso dos serviços culturais ficou sobre executado. -----

No caso a hidroginástica também ficou abaixo, portanto, algumas penalizaram a execução daquele capítulo da venda de bens.-----

Relativamente às despesas com pessoal, aludiu serem calculadas no início do ano, em função da massa salarial dos trabalhadores que existiam. -----

Disse que se verificou muita variação durante o ano, pelas baixas, algumas entradas e saídas, portanto existiam variações que não controlavam.-----

Houve um conjunto de absentismo durante 2022, alguns da segurança social, que permitiu um efeito poupança, não uma poupança querida pela junta, mas uma poupança forçada. -----

Em termos do PPI e sobre o estaleiro, achava que as obras iam avançar naquele ano.- Esclareceu que não tinham a propriedade do espaço, o mesmo foi cedido pela Câmara, estava no inventário da Junta de Freguesia, mas, juridicamente, ainda não tinha passado de nome.-----

Mencionou que a obra ia rondar os 150.000€ e, contavam em colocar postos elétricos para carregamento, uma vez que o espaço era o adequado.-----

Quanto ao skatepark a Junta de Freguesia manifestou interesse para o Parque Central, como outras ideias que a Câmara pudesse alinhar, numa linha de cidade, no entanto, o Vereador transmitiu que o mesmo seria criado no Parque das Artes e do Desporto, daí não terem avançado. -----

Referiu a disponibilidade orçamental e caso a Câmara não avance, a junta irá criar outros espaços. -----

Disse que a C.M.A. queria avançar, finalmente, com muitos projetos para a freguesia, que esperava se fossem ao âmbito do desportivo e lazer.-----

Sobre o mobiliário no parque central elucidou que foi a substituição de cerca de 60 bancos e de papeleiras, cujo objetivo era ficar com equipamento 100% novo. -----

Relativamente ao quadro dos apoios, disse que a página 127 mencionava o mapa obrigatório na prestação de contas, com as transferências de todos os apoios concedidos. Tinha o nome de cada associação, nomes individuais, tendo em conta a questão do RGPD. -----

Em termos de apoio logístico, não tinha conhecimento se existia algum mapa nos serviços.-----

Sobre o grande prémio de atletismo informou que a polícia apresentou um orçamento o valor de 6.500€ para segurança e o evento acabou por não ser realizado. -----

Em resposta à Vogal Maria Cândida Pereira (BE) esclareceu que os fundos de manei
e os fundos fixos de caixa eram atribuídos no início de cada ano, aprovados em
reunião do executivo. -----

Os fundos fixos de caixa eram essencialmente, como se dizia em bom português,
trocós para a caixa no valor de 20,00€, 30,00€ ou 40,00€. Valor atribuído a cada
trabalhador que recebia receita.-----

Frisou que os fundos de manei, também eram aprovados em reunião de executivo
onde eram definidos os titulares, como o Presidente, a coordenadora, o encarregado
operacional e as técnicas de serviço social. -----

O regulamento estipulava um valor máximo de 250,00€ e ninguém possuía mais do
que aquele valor mensalmente e ainda era definido um valor por classificação
económica. Era uma autorização tácita para poder autorizar ou comprar sem ter que ir
à contabilidade efetuar cabimento. -----

Quanto à designação FM em Carenque, disse que não significava fundo manei, a
funcionária recebia fundo fixo de caixa. -----

Aludiu que a conta de Carenque tinha aquela designação, para distinguir o Montepio
do payshop dos CTT, serviços efetuados naquelas instalações. -----

Seguidamente o **Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)** colocou à votação o Ponto Dois – Apreciação e votação da prestação de contas – período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 9 votos a favor (8 PS e 1 PAN), 2 votos contra (CDU) e 6 abstenções (2 PSD, 1 CDS, 1 BE, 1 PDR e 1 CHEGA). -----

O **Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)**, no uso da palavra deixou uma referência para a ata. Disse que a Vogal Irene Pimenta (PS) ausentou-se da sala e assim haveria moções com 18 votos e outras com 17 votos. Para memória futura e para que ficasse gravado para não existirem dúvidas. -----

Propôs que o Ponto Três - Apreciação, discussão e votação da 1.^a Alteração Orçamental modificativa (Revisão Orçamental) de 2023 e o Ponto Quatro - Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da Freguesia Mina de Água, fossem discutidos em simultâneo. -----

Seguidamente o **Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)**, concedeu a palavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS).-----

O Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) no uso da palavra e sobre a revisão aludiu que o saldo acabou de ser aprovado nas contas, traziam a proposta para a sua inclusão no orçamento, no valor de 868.000€. -----

Na receita tinham um valor que ia ser reforçado, o qual tinha a ver com um ponto posterior da ordem de trabalhos, o contrato inteiro administrativo do SAAI. -----

A despesa foi, de alguma forma, reforçada porque ao longo dos meses tiveram que fazer anulações em algumas rubricas e, agora, tivemos que fazer reforços de algumas anulações. -----

Disse que alguns procedimentos ainda não estavam concluídos, ou não foram necessários serem elaborados, porque ainda não haviam concluído o seu prazo de execução.-----

Existia também a verba de 200.000€ para eventuais empreitadas no espaço público que, não sendo da responsabilidade da Junta de Freguesia, pensaram desenvolver.---

Referiu, ainda, um pequeno reforço nos postos de trabalho, que vão depois apresentar no mapa de pessoal.-----

Por fim mencionou o valor de 340.000€ previstos para empreitada e espaço público.---

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito os Vogais: Pedro Aires (CDU), Rui Monteiro (PSD) e Maria Cândida Pereira (BE). -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Pedro Aires (CDU). -----

O Vogal Pedro Aires (CDU) no uso da palavra disse irem votar contra a revisão pelos mesmos motivos que apresentei para o ponto anterior. -----

Questionou o valor de 220.000€ para a requalificação de muros uma vez que considerou um montante excessivo.-----

Quanto aos 140.000€ para o espaço público, referiu que anteriormente estavam só orçamentados 2.500€, queria perceber o que planeiam fazer com aquele incremento de verba.-----

Por fim, disse querer ter mais detalhes sobre o aumento de 23.000€ para 135.000€, na ocupação dos tempos livres e atividades culturais.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Rui Monteiro (PSD). -----

O Vogal Rui Monteiro (PSD) no uso da palavra perguntou quais eram os muros de suporte que iam ser requalificados em São Brás. -----

Disse que os serviços de conservação do espaço público mencionavam a verba de 140.000€, queria perceber se foi algo que estava previsto para 2022 e que não foi realizado. -----

Quanto ao PAMA, Programa de Apoio ao Movimento Associativo refere que em 2022 tiveram uma execução de 60.000 e, em 2023 tinham uma proposta de execução de 47.000€, mas atendendo àquelas informações deduziu que as instituições que apoiam faziam parte do PAMA.-----

Disse que não percebia onde é que estavam os 60.000€ do PAMA, por causa dos apoios financeiros a instituições.-----

Solicitou esclarecimentos no sentido de saberem que instituições eram apoiadas e que faziam parte do PAMA.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra à Vogal Maria Cândida Pereira (BE). -----

A Vogal Maria Cândida Pereira (BE) no uso da palavra disse que ia abster-se na votação justificado que as alterações orçamentais eram instrumentos de gestão que a Lei permitia, contudo, a proposta do Presidente trazia os considerando, mas os considerandos só contemplavam a legislação. -----

Entendia que para além da legislação era importante que indicassem os projetos onde se verificou necessidade de reforço e aqueles que não se verificou.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS).-----

O Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) no uso da palavra esclareceu que o valor de 200.000€, destinavam-se aos muros vermelhos em frente à Pastelaria Seara, no Casal de São Brás, os quais iam até às antigas instalações da Caixa de Crédito Agrícola. Estavam a pensar em pintar, fazer graffitis ou colocar azulejo, tinham de ter alguma atenção pelo facto do espaço ser extremamente comercial, urbano e residencial. -----

Quanto aos 140.000€, aludiu que eram genéricos. Os muros pintados junto à Avenida General Humberto Delgado, a substituição das tábuas dos bancos, o reforço também de algumas calçadas, pequenos ajustes detetados. -----

Sobre o movimento associativo disse que achava que não existia uma lista de apoios definida, existia a convenção de algumas instituições, em função também dos projetos apresentados. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Presidente Joaquim Rocha (PS).-----

O Presidente Joaquim Rocha (PS) no uso da palavra e quanto ao PAMA, Programa de Apoio ao Movimento Associativo elucidou que existia um regulamento de apoio às associações e coletividades e que os apoios eram concedidos de acordo com o programa de atividades apresentado. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Ricardo Girão (PSD).-----

O Vogal Ricardo Girão (PSD) no uso da palavra disse que era importante reformularem o regulamento de apoio ao movimento associativo. -----

Qualquer associação, qualquer clube devia apresentar uma programação para o ano, a seguir, com as despesas previstas, para que assim, possam contar só com aquele valor e, no final de cada atividade, prestar contas. -----

Daquela forma a Junta de Freguesia reduzia os apoios eventuais. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra à Vogal Maria Cândida Pereira (BE).-----

A Vogal Maria Cândida Pereira (BE) no uso da palavra e relativamente ao exposto pelo Vogal Ricardo Girão (PSD) disse que se aplicava caso a associação fosse grande, organizada e estruturada, no entanto, as pequenas associações não conseguiam prever. -----

Considera, naqueles casos, ser mais válido a atribuição de subsídios a projetos apresentados. -----

Seguidamente o **Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)** colocou à votação o Ponto Três - Apreciação, discussão e votação da 1.^a Alteração Orçamental modificativa (Revisão Orçamental) de 2023, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 9 votos a favor (8 PS e 1 PAN), 2 votos contra (CDU) e 6 abstenções (2 PSD, 1 CDS, 1 BE, 1 PDR e 1 CHEGA). -----

Ponto Quatro - Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da Freguesia Mina de Água.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra às forças políticas, não se tendo inscrito nenhum membro para falar. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) propôs que o Ponto Cinco - Ratificação da aprovação da 1.^a Alteração ao Mapa de Pessoal para

2023 e o Ponto Oito - Apreciação, discussão e votação da 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, fossem apresentados em simultâneo. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS).-----

O Vogal Nuno Rocha (PS) no uso da palavra e relativamente ao mapa de pessoal, esclareceu que já tinha sido apresentado, em dezembro, que depois foi revisto e ajustado a alguns trabalhadores, tendo em conta o suplemento de penosidade e salubridade, assim como revisto o nível atribuído, numa fase inicial.-----

No fundo, aquela ratificação era para repor a verdade no mapa, de acordo com o estudo feito.-----

Disse que a nova proposta do ponto 8 era uma alteração proposta, nomeadamente os procedimentos concursais previstos que foram ajustados.-----

Tinham dois assistentes técnicos em contrato de inserção de emprego que iam finalizar, três assistentes técnicos, quatro assistentes operacionais, o especialista de informática e o fiscal, que iam fazer uma nova tentativa. Três técnicos superiores, um para área financeira, em regime de mobilidade e que, para puderem consolidar, futuramente, precisavam do lugar em aberto. Os outros dois técnicos superiores eram para a área social, para colmatar algo que não estavam a cumprir no âmbito contrato interadministrativo do SAAI, que previa para esta freguesia três técnicos superiores.----

Mais um assistente técnico, um AD, para dar suporte à ação social.-----

Disse serem 12 os postos de trabalho que iam tentar concretizar durante aquele ano.--

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito os Vogais: Pedro Aires (CDU), Maria Cândida Pereira (BE) e Amílcar Martins (PDR). -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Pedro Aires (CDU).-----

O Vogal Pedro Aires (CDU) no uso da palavra e, quanto à questão do suplemento de insalubridade e penosidade questionou o corte dos rendimentos dos trabalhadores da Junta de Freguesia. Aparentemente desde 2000 todos tinham um nível elevado e, de momento, não tinham ou tinham passaram para médio ou para baixo. -----

Se a natureza do trabalho desses trabalhadores não se alterou, como foi reduzido. ----

Disse que, perante o apresentado, contactou a organização representante dos trabalhadores. Tendo em conta o Decreto Lei 93/2021 que regulariza aquela questão, no artigo 3, no número 4, para a atribuição daquele suplemento, a proposta devia ser

precedida de audição dos representantes dos trabalhadores e do parecer fundamentado do serviço de segurança, higiene e saúde trabalho. -----

O que lhe foi transmitido é que em nenhum dos anos tinham feito a audição com o STAL e queria perceber o porquê. -----

Queria entender porque a Junta de Freguesia não respondia ao STAL. -----

Tendo em conta a Lei e não havendo aquela audição, não podia haver uma alteração do subsídio. Disse que, ou era por um motivo economicista, ou existia alguma questão por explicar.-----

Sobre a segunda alteração aludiu irem votar contra qualquer corte de rendimento dos trabalhadores. -----

Quanto à segunda alteração ao mapa de pessoal questionou porque é que um dos técnicos superiores para a área social, ia ser contratado a termo resolutivo, tendo em conta as novas responsabilidades e o aumento de trabalho que a Junta de Freguesia ia ter. -----

Por fim disse que lamentavam que os postos de trabalho tenham reduzido de 69 para 68 e perguntou porque não constava a substituição dos dois assistentes operacionais, um nas obras e um na higiene. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra à Vogal Maria Cândida Pereira (BE).-----

A Vogal Maria Cândida Pereira (BE) no uso da palavra a Lei que atribuía o suplemento era de janeiro de 2021 e existia um parecer da empresa PREVIMED, serviços de segurança no trabalho, de outubro de 2021. -----

Disse que na sua opinião, a proposta para redução do suplemento, foi feita em função do parecer daquela empresa e por isso ia votar a favor. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS).-----

O Vogal Nuno Rocha (PS) no uso da palavra disse ser o segundo estudo e que, pessoalmente, não concordava com o termo corte de rendimento, não deviam olhar para um suplemento como corte de rendimento, mas sim como um suplemento que existia definido e atribuído por Lei. -----

Era um suplemento desconhecido para todos, salvo para os trabalhadores da Câmara de Lisboa. Mais ninguém no país recebia aquele suplemento, mas o Governo definiu as regras para que todos pudessem usufruir do mesmo. -----

Elucidou que num primeiro estudo a empresa atribuiu risco elevado a todos. Pessoalmente achou que não fazia sentido porque conhecia, minimamente, as tarefas

que eram desempenhadas numa Junta de Freguesia, pareceu-lhe excessivo, mas, ainda assim, o executivo entendeu avançar. -----

Posteriormente foram detetadas algumas incongruências, nomeadamente alguns trabalhadores que não se encontravam a usufruir do suplemento.-----

Disse desconhecer a existência de uma comissão de trabalhadores, formal, tinham efetivamente uma comissão paritária no âmbito da avaliação de desempenho. -----

Posteriormente foi corrigida a situação e a empresa elaborou um novo estudo. Foi ao terreno, falou com os trabalhadores e os encarregados acompanharam os funcionários e as tarefas que desempenhavam.-----

Na sua opinião, era injusto trabalhadores que lidavam com produtos químicos, diariamente, não estarem a auferir esse complemento, e quiseram corrigir. Foi a empresa que fez o levantamento.-----

Disse que, na sua opinião, não foi uma versão economicista uma vez que passamos com um saldo de 86.8000€. -----

Era óbvio que sendo um suplemento, a partir do momento que recebiam meses consecutivos acabava por ser um rendimento, mas tinha regras e aquele estudo resultava, no seu entender, de uma maior equidade, uma maior justiça. -----

Referiu gerirem dinheiros públicos e que não era correto um trabalhador com trabalhos melhorados, durante anos, que recolhia folhas de papeleiras receber, exatamente, o mesmo que um trabalhador que varria e que carregava frigoríficos 7 horas por dia. ----

Não entendia quando diziam que a Junta de Freguesia não respondia ao STAL, uma vez que nunca deixou de responder a nenhum sindicato e não ia, certamente, deixar de responder. -----

Relativamente ao técnico superior a termo certo disse existir um contrato interadministrativo que podia acabar a qualquer momento. Existia realmente, de momento, uma avalanche de trabalho, mas também existiam uma série de dúvidas que pairavam no ar. Para um dia mais tarde não saberem o que fazer com tantos funcionários, entenderam manter mais um contrato a termo indeterminado. -----

Para a higiene urbana estavam previstos mais quatro reforços, existia uma quantidade imensa de entradas e saídas que não conseguiram contabilizar. Estavam sempre a prever novos postos de trabalho e tinham sempre os mesmos trabalhadores. -----

Por fim, referiu que a valorização remuneratória, o suplemento e o aumento do ordenado mínimo faz com que os trabalhadores não saiam para outros locais. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Pedro Aires (CDU).-----

O Vogal Pedro Aires (CDU) no uso da palavra disse que não foram alguns trabalhadores que viram o suplemento baixar, foram todos. Não houve nenhum que não visse o suplemento baixar. Todos os trabalhadores que recebiam passaram para nível médio ou baixo. -----

Referiu que aquela situação era considerada corte de rendimentos. O que o Vogal Tesoureiro referiu, eram eufemismos e malabarismos retóricos para fugir ao que aconteceu. -----

Para trabalhadores que recebiam o ordenado mínimo aquela redução fazia uma tremenda diferença. -----

Seguidamente questionou se, aquando do primeiro estudo, os trabalhadores que não se encontravam a usufruir do suplemento, já constavam nos quadros da Junta de Freguesia. Queria perceber se entraram posteriormente e daí não estarem avaliados ou se o primeiro estudo considerou que eles não faziam parte do risco. -----

Por fim, referiu que não foi respondida à questão relativamente à proposta que previa a audição com os representantes dos trabalhadores e parecer fundamentado do serviço de segurança, higiene e saúde do trabalho. -----

Voltou a questionar se existiu a audição, tendo em conta o estipulado na Lei e, caso não tivesse sido feito, como avançaram com a aplicação da Lei pela metade.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS).-----

O Vogal Nuno Rocha (PS) no uso da palavra disse que os trabalhadores não concordavam com a deliberação, mas era a Junta de Freguesia que tomava decisões. Relativamente ao STAL, podiam solicitar todos os esclarecimentos que a Junta de Freguesia ia responder sempre. -----

Numa primeira fase havia injustiças, foram corrigidas, havia trabalhadores que não auferiam, já auferiam, outros não estavam previstos, já estavam.-----

Posteriormente as empresas mais conhecedoras da própria aplicação da Lei, com os esclarecimentos prestados por parte do Governo, com todos os pareceres que foram surgindo, aplicaram de forma diferente, com critérios de atribuição de forma diferente.- Não ia julgar um parecer de uma empresa de segurança. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Presidente Joaquim Rocha (PS).-----

O Presidente Joaquim Rocha (PS) no uso da palavra disse relativamente ao suplemento, a Junta de Freguesia, não estava a poupar dinheiro.-----

Relativamente ao STAL aludiu que têm reunido com os mesmos. Era a única Junta de Freguesia que tinha a atribuição de mais 3 dias de férias aos trabalhadores e o dia de aniversário. -----

Na primeira versão do documento, existiam jardineiros, mas de momento não e daí também a nova avaliação. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), no uso da palavra deu nota que era 00.02h e que ao abrigo do ponto 3, do artigo 30º, o término das reuniões não deve ultrapassar a meia-noite. Ia prolongar a sessão por mais meia hora, apelando para um maior poder capacidade de síntese por parte dos Vogais. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Pedro Aires (CDU).-----

O Vogal Pedro Aires (CDU) no uso da palavra mencionou que não era o sindicato que tinha de ter a iniciativa de falar com a Junta de Freguesia, mas sim a Autarquia convocar o sindicato para os ouvir e tomarem decisões conjuntas.-----

Referiu que estavam a cometer uma legalidade. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Amílcar Martins (PDR).-----

O Vogal Amílcar Martins (PDR) no uso da palavra disse que nem o executivo, nem nenhum dos Vogais pretendiam que os trabalhadores sofressem uma diminuição no salário.-----

Disse que o facto de não existir uma comissão de trabalhadores na Junta de Freguesia, nem delegados, dizia tudo. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) colocou à votação o Ponto Cinco - Ratificação da aprovação da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 16 votos a favor (8 PS, 1 BE, 1 PDR, 1 CHEGA) 2 votos contra (CDU) e 3 abstenção (2 PSD, 1 CDS). -----

Colocado à votação o Ponto Oito - Apreciação, discussão e votação da 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, o mesmo foi aprovado por maioria, com 16 votos a

favor (8 PS, 2 CDU, 1 BE, 1 PDR, 1 CHEGA) e 3 abstenções (2 PSD, 1 CDS).-----

Ponto Seis - Ratificação da aprovação do termo de aceitação referente à adenda ao protocolo celebrado entre a ANAFRE e o Fundo Ambiental denominado “Apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas”. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS).-----

O Vogal Nuno Rocha (PS) no uso da palavra elucidou que o Governo e a ANAFRE entenderam dar continuado aquela parceria e não fazia sentido retrocedermos, até porque não trazia grande acréscimo de trabalho e cada vez tinha mais procura. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito os Vogais: Pedro Aires (CDU), Ricardo Girão (PSD) e Maria Cândida Pereira (BE). -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Pedro Aires (CDU).-----

O Vogal Pedro Aires (CDU) no uso da palavra informou que a CDU mantinha a orientação do voto, era favorável a tudo o que fosse para aliviar as dificuldades da população. -----

Disse que tinha sido apresentado o protocolo solicitado na última reunião, no entanto, solicitou esclarecimento quanto ao número de pessoas que solicitaram o apoio, se eram todas habitantes da Mina de Água ou de outras freguesias. -----

Gostava de perceber, também, se a gestão do processo fez-se tranquilamente, até porque, na altura, havia retroativos para entregar a quem fosse pedir.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Ricardo Girão (PSD).-----

O Vogal Ricardo Girão (PSD) no uso da palavra disse que iam favoravelmente a proposta e que ficaram satisfeitos pela questão ter sido resolvida e esclarecida.-----

Elucidou que o plano plurianual, falado inicialmente, devia ter sido considerado, tal como aquele regulamento, uma vez que também fazia parte da Lei geral do orçamento para 2022. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra à Vogal Maria Cândida Pereira (BE).-----

A Vogal Maria Cândida Pereira (BE) no uso da palavra disse louvar aquela medida do Governo em prolongar o subsídio. -----

Não entendeu qual foi a forma encontra pela Secretaria Geral do Ambiente para dar continuidade ao programa. Assinou uma adenda, um aditamento ao primeiro protocolo, o qual não conhecíamos e agora aparecia o protocolo e o aditamento. -----
Informou que não podiam existir adendas aos protocolos que tinham a cláusula do período de vigência que determina a caducidade, a prolongar a vigência que estava caducada. Disse que, não só prorrogava o prazo por mais 1 ano, como ia buscar 2 meses anteriores. -----

Para dar continuidade ao programa tinham de elaborar um protocolo novo.-----

Manifestou o seu receio caso alguma inspeção solicite o protocolo e a adenda, se aquela matéria for abordada, as entidades iam ter consequências jurídicas.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Presidente Joaquim Rocha (PS).-----

O Presidente Joaquim Rocha (PS) no uso da palavra e em resposta ao Vogal Pedro Aires (CDU) disse que foram contempladas 61 pessoas, pagou-se um valor de 610,00€, com uma comparticipação de 91.50€. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) colocou à votação o Ponto Seis - Ratificação da aprovação do termo de aceitação referente à adenda ao protocolo celebrado entre a ANAFRE e o Fundo Ambiental denominado “Apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas” tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 15 votos a favor (8 PS, 2 PSD, 2 CDU, 1 CDS, 1 PAN, 1 CHEGA), 1 contra (BE) e 1abstenção (PDR). -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra à Vogal Maria Cândida Pereira (BE) para apresentar uma interpretação à mesa.-----

A Vogal Maria Cândida Pereira (BE) no uso da palavra esclareceu que o voto contra à proposta não tinha a ver com o mérito da medida, mas com o suporte adequado que apresentaram para dar execução à medida. -----

Ponto Sete - Apreciação e votação da alteração ao Contrato interadministrativo de delegação de competências na Freguesia Mina de Água, no âmbito da área de

intervenção sociocultural, celebrado entre o Município da Amadora e a Freguesia de Mina de Água. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito os Vogais: Ricardo Girão (PSD), Maria Cândida Pereira (BE), Pedro Aires (CDU) e Amílcar Martins (PDR). -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Ricardo Girão (PSD).-----

O Vogal Ricardo Girão (PSD) no uso da palavra referiu a Importância do contrato Interadministrativo, o qual seria um grande desafio, que esperava que não fosse um presente envenenado para a Junta de Freguesia, no sentido, que era um conjunto de responsabilidades, atribuições e de potenciais problemas. -----

Em contrapartida, acabava por ser a verdadeira função da Junta a Freguesia na proximidade do serviço ao utente, ao cidadão, era uma mais-valia para os fregueses. - Desejou que tudo corresse bem, porque a verdadeira essência de uma freguesia não era construir prédios, nem ter redes de transportes públicos, era de um serviço de proximidade e apoio à população.-----

Informou que iam votar favoravelmente aquele contrato. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra à Vogal Maria Cândida Pereira (BE).-----

A Vogal Maria Cândida Pereira (BE) no uso da palavra informou que era a favor das transferências de competência dos municípios para as Junta de Freguesia, considerando que as freguesias eram os órgãos autárquicos mais próximos dos cidadãos. -----

Disse que era um desafio e uma obrigação porque a Junta de Freguesia vai ficar vinculada na cláusula 14.-----

Tinha algum receio que aquela transferência acarrete um trabalho para a freguesia que a prejudique em outras competências.-----

Não entendia a obrigação de suportar todos os custos associados à manutenção do posto de atendimento no espaço social, cultural de Carenque.-----

Como não estava implementa a contabilidade de gestão e, supondo que não existiam os centros de custo atribuídos, teve alguma dificuldade em entender. -----

Disse que ia votar a favor aquele ponto. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Pedro Aires (CDU).-----

O Vogal Pedro Aires (CDU) no uso da palavra disse serem a favor da descentralização de competências das câmaras para a Juntas de Freguesia, no entanto, tal como referido pelo Vogal Ricardo Girão (PD) podia ser um presente envenenado, porque custava a acreditar que a Junta de Freguesia tinha meios suficientes para realizar atendimentos. -----

As maiores das transferências nunca vinham acompanhadas dos meios necessários.-- Informou que se abstinham uma vez que não entendiam ser benéfico para os habitantes da Mina de Água. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Amílcar Martins (PDR).-----

O Vogal Amílcar Martins (PDR) no uso da palavra disse que qualquer descentralização ou competência favorável ao executivo ia votar favoravelmente. ----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) colocou à votação o Ponto Sete - Apreciação e votação da alteração ao Contrato interadministrativo de delegação de competências na Freguesia Mina de Água, no âmbito da área de intervenção sociocultural, celebrado entre o Município da Amadora e a Freguesia de Mina de Água, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 15 votos a favor (8 PS, 2 PSD, 1 CDS, 1 BE, 1 PAN, 1 PDR e 1 CHEGA) e 2 abstenções (2 CDU). -----

Ponto Nove - Apreciação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da dispensa de autorização prévia.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito os Vogais: Maria Cândida Pereira (BE);

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra à Vogal Maria Cândida Pereira (BE).-----

A Vogal Maria Cândida Pereira (BE) no uso da palavra frisou que aquela forma encontrava pelo executivo de retirar competências à Assembleia de Freguesia, não era correta. A Lei que regulava aquela matéria dizia que o executivo não podia

assumir compromissos plurianuais sem a prévia autorização da assembleia. -----

Ponto Dez - Apreciação da Informação Escrita do Presidente.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito os Vogais: Rui Monteiro (PSD), Maria Cândida Pereira (BE)

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Vogal Rui Monteiro (PSD).-----

O Vogal Rui Monteiro (PSD) no uso da palavra solicitou ao executivo a partilha do programa de todas as intervenções da C.M.A. previstas para o ano.-----

Relativamente aos muros em São Brás, falados anteriormente, disse que deviam também ter em atenção a falta de mobilidade a nível dos passeios e estacionamento.--

Relativamente à falta de estacionamentos, disse que se o posto da PSP, junto às instalações da Mina, já não tinha a mesma utilidade quanto era posto de comando, não fazia sentido continuarem com os mesmos lugares de estacionamento. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra à Vogal Maria Cândida Pereira (BE).-----

A Vogal Maria Cândida Pereira (BE) no uso da palavra louvou a ideia que a situação financeira podia ser transcrita num quadro elucidativo, com o saldo anterior e a receita, o qual evitava a apresentação das 13 folhas do documento. -----

Disse que o mesmo era apresentado e foi retirado. Na sua opinião, devia continuar a ser apresentado. -----

Relativamente às inscrições nas atividades da freguesia, deu conhecimento que a visita a Peniche, gerou uma polémica uma vez que no dia das inscrições, pela manhã, as pessoas foram inscrever-se e já não existiam vagas. Passaram a imagem que as visitas estavam guardadas para a família e amigos, situação que não partilhava da mesma opinião. -----

Entretanto a situação foi colocada ao executivo e o problema foi solucionado e as pessoas ficaram satisfeitas. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS), concedeu a palavra ao Presidente Joaquim Rocha (PS).-----

O Vogal Joaquim Rocha (PS) no uso da palavra e em resposta ao Vogal Rui Monteiro (PSD) disse que ia fazer chegar a informação. -----

Relativamente aos lugares de estacionamento da PSP, aludiu que já tinha chamado à atenção do Comandante. -----

Em resposta à Vogal Maria Cândida Pereira (BE) relativamente às inscrições, disse que as mesmas eram divididas pelos vários locais da freguesia e que antes tinham dois autocarros e agora só existia um. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) deu por terminada a Sessão. -----

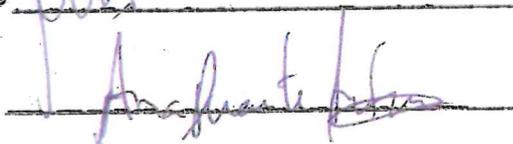
Após a leitura, o Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à votação a ata minuta, com as deliberações da Ordem de Trabalhos da presente sessão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Por nada mais haver a tratar o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada à meia-noite e quarenta minutos, tendo sido lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e Secretário. -----

Presidente



Secretário



()

()